


Helder Camara: O ano de chumbo da ditadura civil-militar e o movimento Ação, Justiça e Paz-AJP

Helder Camara: The leading year of the civil-military dictatorship and the Action, Justice and Peace-AJP movement

Rosildo Henrique da Silva

 <https://orcid.org/0000-0003-0395-200X>
Universidade Católica de Pernambuco

Resumo: Este trabalho vem pesquisar a atuação do arcebispo de Olinda e Recife dom Helder Camara durante a ditadura civil-militar, principalmente no período de chumbo a partir de 1968, por meio do seu movimento não violento Ação, Justiça e Paz-AJP. Esse foi criado no dia 2 de outubro de 1968, poucos meses antes da imposição pelo governo Federal do Ato Institucional nº 5 (AI-5). O Movimento do Dom, como era carinhosamente chamado, estava baseado nas ideias não violentas de Mahatma Gandhi e de Martin Luther King, ambos lutaram por transformações sociais. O objetivo é analisar a luta de Dom Helder contra a ditadura civil-militar utilizando o seu movimento contestador AJP. A Metodologia é qualitativa, pesquisando nas Cartas Circulares escritas por dom Helder nas vigílias realizadas nas madrugadas e também os vários discursos durante a sua permanência na arquidiocese de Olinda e Recife. Portanto, dom Helder não ficou inerte perante a violência ocasionada pelo regime militar, porém, foi a luta contra o desrespeito aos direitos humanos.

Palavras-Chave: dom Helder. Ação, Justiça e Paz. Ditadura civil-militar. Ano de chumbo.

Abstract: This work investigates the performance of the Archbishop of Olinda and Recife, Dom Helder Camara, during the civil-military dictatorship, mainly in the lead period from 1968 onwards, through his non-violent movement Ação, Justiça e Paz-AJP. This was created on October 2, 1968, a few months before the imposition by the Federal government of Institutional Act No. 5 (AI-5). The Gift Movement, as it was affectionately called, was based on the non-violent ideas of Mahatma Gandhi and Martin Luther King, both of whom fought for social change. The objective is to analyze Dom Helder's struggle against the civil-military dictatorship using his AJP protest movement. The methodology is qualitative, researching the Circular Letters written by Dom Helder in the vigils held at dawn and also the various speeches during his stay in the archdiocese of Olinda and Recife. Therefore, Dom Helder was not inert in the face of the violence caused by the military regime, however, it was the fight against disrespect for human rights.

Keywords: Dom Helder. Action, Justice and Peace. Civil-military dictatorship. Year of lead.

Introdução

Este artigo vem analisar a atuação de dom Helder Pessoa Camara durante a violência da ditadura civil-militar, evidenciando o seu movimento não violento Ação, Justiça e Paz-AJP. Movimento de suma importância para dom Helder, pois ele pretendia expandi-lo para todo o Brasil, a América Latina e a Europa.



Esta obra está licenciada sob uma [Creative Commons – Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/)

Em 1964, o Brasil iniciou uma Ditadura Civil-Militar com o apoio de parcelas conservadoras da sociedade civil, inclusive segmentos não progressistas da Igreja Católica. Nesse período, realizou-se a Marcha da Família com Deus pela Liberdade, na qual famílias católicas conservadoras protestaram contra o governo de João Goulart, a qual a imprensa propagandeava como aliado dos comunistas. O medo das elites brasileira era enorme, ela temia que o comunismo tomasse conta do país. Parcelas dos católicos acreditavam que os comunistas eram ateus e iriam tornar o Brasil uma verdadeira balbúrdia. É bom frisar que a ditadura militar agradou alguns segmentos do clero católico, pois os militares divulgavam que queriam conter a onda comunista, como salienta Renato Cancian, “primeiramente, é preciso destacar que a tomada de poder pelos militares agradou setores do clero católico que acreditavam que algumas ameaças ao catolicismo teriam sido eliminadas” (CANCIAN, 2011, p. 110).

Diante da ditadura militar a Igreja Católica em Pernambuco, onde dom Helder atuava como arcebispo de Olinda e Recife, se manteve fiel aos ensinamentos do Concílio Vaticano II (1962 a 1965)¹ e às orientações da Conferência Episcopal Latino Americana de Medellín (Colômbia, 1968) e naquele momento optou pela temática da libertação.

Sua libertação, uma responsabilidade de todos os homens latino-americanos. Devem ser libertados de seus preconceitos e superstições, de seus complexos e inibições, de seus fanatismos, de sua tendência fatalista, de sua incompreensão temerosa do mundo em que vivem, de sua desconfiança e de sua passividade” (PADIN; GUTIÉRREZ; CATÃO, 1998, p. 85-86).

Na Conferência de Puebla (México, 1979), aprovou-se a opção preferencial pelos pobres. Em Medellín analisaram documentos que discutiam a questão da justiça e paz extremamente importante para as lutas na América Latina. Stela Maris Saldanha ressalta:

Começamos pelos dois primeiros temas apresentados no documento e discutidos à luz da realidade latino-americana: justiça e paz. À justiça contrapõe-se a miséria como fato coletivo. À paz, o subdesenvolvimento, uma vez que as desigualdades promovem tensões desestabilizadoras. (SALDANHA, 2019, p. 20).

Dom Helder Pessoa Câmara esteve envolvido com os problemas sociais desde a sua temporada na Arquidiocese do Rio de Janeiro.² Ele começou a interessar-se pelas causas dos mais necessitados e injustiçados após o Congresso Eucarístico Internacional. O Cardeal Francês Gerlier³ provocou Helder a que dedicasse todas as suas forças pelas

1 O Concílio Vaticano II (CVII), XXI Concílio Ecumênico da Igreja Católica, foi convocado no dia 25 de Dezembro de 1961, através da bula papal "Humanae salutis", pelo Papa João XXIII. Este mesmo Papa inaugurou-o, a ritmo extraordinário, no dia 11 de outubro de 1962. O Concílio, realizado em 4 sessões, só terminou no dia 8 de dezembro de 1965, já sob o papado de Paulo VI. Nestas quatro sessões, mais de 2000 Prelados convocados de todo o planeta discutiram e regulamentaram vários temas da Igreja Católica. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Concílio_Vaticano_II, acesso em: 25.03.2023.

2 Dom Helder na juventude no Ceará se envolveu com o movimento Ação Integralista Brasileira, criado por Plínio Salgado. Os integralistas ficaram conhecidos como camisas-verdes. Dom Helder após sua ida para a Arquidiocese do Rio de Janeiro foi orientado a deixar o movimento.

3 Pierre-Marie Gerlier (14 de janeiro de 1880 - 17 de janeiro de 1965) foi um cardeal francês da Igreja Católica Romana. Ele serviu como arcebispo de Lyon desde 1937 até sua morte, foi primaz da Gália e foi elevado ao cardinalato em 1937.[...] Durante a Segunda Guerra Mundial, Gerlier condenado Pierre Laval 's deportação de judeus para nazistas campos da morte, as condições severas do qual ele também se opõem. Além disso, ele pediu que os institutos religiosos católicos romanos levassem as crianças judias para se esconder. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Concílio_Vaticano_II, acesso em: 25.03.2023.

causas dos pobres, ao que Dom Helder afirmou categoricamente: “este é um momento de virada na minha vida. O senhor pode ver minha consagração aos pobres. Não estou convencido de possuir dotes excepcionais de organizador, mas todo o dom que o senhor me confiou colocarei ao serviço dos pobres” (PILETTI; PRAXEDES, 1997, p. 233).

Dom Helder criou a Cruzada São Sebastião em 29 de outubro de 1955 que tinha como objetivo construir apartamentos para os favelados do Rio de Janeiro. O seu olhar passou a ser em favor dos mais carentes. Neste período também fundou o Banco da Providência que oferecia empréstimos com o intuito de ajudar os marginalizados. O Dom sonhava com uma sociedade mais humana, onde não houvesse divisão de classes, Renato Torre Anacleto Rosa salienta que “em sua utopia de uma construção de uma sociedade igualitária, Dom Helder teceu severas críticas à divisão da sociedade em classes, tendo em vista a assimetria social causada por essa divisão” (ROSA, 2019, p. 127). O arcebispo como um verdadeiro profeta, anunciou e denunciou injustiças existentes e sedimentadas, e tentou realizar várias utopias. Joseph Servat⁴ afirma que se viveu a utopia de uma igreja a serviço dos pobres, aberta aos problemas sociais do Nordeste do Brasil (SERVAT, 2006, p. 51).

O Dom, como era carinhosamente chamado, se considerava um lutador em favor da paz. Foi, inclusive, indicado para receber o Prêmio Nobel da Paz em 1970, pois era extremamente contrário às ações de violência e pregava a não-violência. O governo brasileiro pressionou os organizadores do Prêmio Nobel da Paz para que Dom Helder não fosse o agraciado; como afirma Newton Cabral, “A repetida indicação de seu nome para o Prêmio Nobel da Paz, ensejou articulações contrárias, hoje parcialmente conhecidas, por parte do governo brasileiro através de ações de membros do seu corpo diplomático” (CABRAL, 2020, p. 69), no entanto, ele conseguiu um Prêmio Popular da Paz,

Em consequência das decisões negativas da Comissão Nobel pela não premiação de dom Helder ao Nobel da Paz, organizações da juventude da Noruega, com o apoio do Movimento Trabalhista, sindicatos e partidos trabalhistas do mesmo país, indignados, organizaram-se em busca de angariar donativos para oferecer a Dom Helder Câmara, personalidade que adotava por intenção “tornar os oprimidos conscientes de seus direitos e torná-los capazes de lutar por si, por sua própria iniciativa”, o Prêmio Popular da Paz (CEMVDHC, 2015, p. 44).

Dom Helder esteve desde o início do seu episcopado contra todas as formas de violências. Ao chegar em Pernambuco deparou com ondas de violência física e psicológica onde várias pessoas estavam sendo presas e humilhadas. Um acontecimento de violência divulgado na imprensa no início da ditadura foi o caso do militante comunista Gregório Bezerra que estava articulando um movimento contra o golpe dos militares, no entanto, prenderam-no onde fizeram todas as formas de humilhação, ele todo ensanguentado, arrastaram-no pelas ruas do bairro de Casa Forte em frente ao CPOR,⁵ amarrado em uma corda no pescoço acompanhado de gritos e chutos e ameaçaram-no enforcá-lo em praça pública, sendo de extrema importância a intervenção de dom Lamartine, que assumia o cargo de bispo até a posse de dom Helder, Paulo Cavalcanti salienta:

4 Joseph Servat padre francês, tinha 42 anos quando, no dia nove de dezembro de 1964, deixou a França rumo ao Recife e ao Nordeste do Brasil. Ele trabalhava com o movimento de Ação Católica Rural e foi convidado pelo seu bispo Dom Rigaud para ir para o Nordeste Brasileiro. Servat diz que essa convocação tinha o dedo de Dom Helder Camara. Ele no Nordeste recebe a missão de dom Helder para desenvolver um movimento para os leigos no meio rural, criou, com isso, a Ação Católica Rural-ACR (SERVAT, 2006, p. 16-17).

5 Centro de Preparação de Oficiais da Reserva do Recife.

Da janela de um colégio de meninas, ao lado da matriz da Casa Forte, a madre superiora telefonara para o bispo Dom Lamartine, que respondia pela arquidiocese de Olinda e Recife, enquanto Dom Helder Camara, recém-nomeado, se preparava, no Rio, para assumir seu posto. Do Palácio dos Manguinhos, sede do Arcebispado, Dom Lamartine se comunicou com o QG do IV exército. Pedia Clemência ao general Justino Alves Barros (CAVANCANTI, 1978, p. 362).

Dom Helder ao visitar o presídio encontrou o comunista Gregório Bezerra onde lhe deu um abraço, esse gesto deixou Bezerra extremamente comovido, fazendo vários elogios ao Arcebispo. Não demorou muito para dom Helder perceber que os militares não estavam de brincadeira. No dia seguinte da sua posse, ele estava almoçando no Palácio dos Manguinhos com Dom José Vicente Távora, quando uma moça invadiu o recinto pedindo ajuda, pois estava sendo perseguida por policiais, Pilette e Praxedes esclarece bem este acontecimento,

Já no dia seguinte à posse, dom Helder almoçava tranquilamente com dom José Vicente Távora e, de repente, viu o Palácio invadido por uma moça acompanhada “por quatro soldados e um oficial armados de metralhadora”. O arcebispo levantou-se e quis saber do que se tratava: a moça conhecida como Viola, ia sendo presa com seu marido, Pierre, que trabalhava para o padre francês Louis Lebret, mas tiveram tempo de fugir num carro dirigido por uma amiga, Maria Antônia, em direção do Palácio para pedir socorro a dom Helder. O carro foi seguido e barrado na entrada do Palácio. Viola, então “sob o pretexto de dar um telefonema entrou cercada pelos quatro soldados. [...] Calmamente, mas com firmeza, dom Helder dirigiu-se aos soldados chamando a atenção para a gravidade do ato de “invadir de metralhadora a casa do bispo”. Telefonou em seguida para o gabinete do general Justino, que reagiu indignado (PILETTI; PRAXEDES, 1997, 305).

Dom Helder ao chegar na Arquidiocese iniciou visitas aos presos políticos da ditadura e foi criticado. Pilette e Praxedes esclarecem:

O ponto de discórdia que logo começou a se interpor nesse bom relacionamento foram as prisões por motivação política. Os militares passaram a insistir para que dom Helder não visitasse os presos políticos e, seguidamente, eram desatendidos pelo arcebispo (PILETTI; PRAXEDES, 1997, p. 307).

As violências exercidas pelo estado de exceção imposto pela ditadura civil-militar era bastante clara. A Escola Superior de Guerra-ESG,⁶ sustentada pela Ideologia de Segurança Nacional, onde vários de seus membros eram formados por intelectuais, militares e civis que tinha como objetivo a segurança nacional, orientava para agir com severidade diante da suposta infiltração comunista. Para os Militares, da linha dura ou da ESG, não importavam homens ou mulheres, religiosos ou ateus, desde que obedecessem as suas determinações em relação ao estado de segurança nacional, se fossem contra as suas ideologias, então, eram considerados comunistas. Eles combatiam a ideologia das quatro guerras: a guerra total, guerra limitada, guerra revolucionária e guerra psicológica.

Para os militares da ESG, a guerra que o Brasil deveria enfrentar é a guerra revolucionária onde utiliza forças externas patrocinadas por Moscou, Cuba e China em que

6 Sobre a Escola Superior de Guerra-ESG ver (LIMA FILHO, 2011).

todos os contestadores são suspeitos, como salienta Maria Helena Moreira Alves, “como a guerra revolucionária não é declarada e é promovida secretamente por forças externas do comunismo internacional[...] por definição, portanto, torna-se suspeita toda a população, constituídas de “inimigos internos” (ALVES,1984, p. 38). Dom Helder era contra todos os tipos de violência, desde a organizada pelo Estado como a revolucionária. Os militares tentavam associá-lo a violência revolucionária como no caso da bomba que explodiu no aeroporto de Guararapes no Recife onde feriu e matou algumas pessoas⁷, levando a classe dominante associar ao arcebispo, pois diziam que ele pregava a revolução e acolhia os revolucionários, principalmente quando houve a declaração dos bispos do Nordeste II no ano de 1966 em que denunciaram a situação dos trabalhadores rurais representados pela Ação Católica Rural e pela Juventude Agrária Católica, em linhas gerais disseram:

Deploramos e condenamos todas as injustiças cometidas contra os trabalhadores seja em questões salariais, seja nas pressões exercidas contra os órgãos de classe, seja nas inúmeras transgressões as leis trabalhistas e aos estatuto da terra. Recomendamos a todos os trabalhadores que, apesar das dificuldades da hora presente, continuem confiando em seus sindicatos e prestigiando suas associações (CIRANO,1983, p. 20).

Os Militares não deixaram a mensagem dos bispos serem divulgadas e acusaram dom Helder de incentivar a revolta,
Newton Cabral esclarece:

O manifesto foi confiscado antes de sua publicação por ter sido julgado subversivo. O Jornal do Comércio acusou os bispos de fomentar revolta e, nos desdobramentos da questão, autoridades militares começaram a abertamente acusar D. Helder de ligações com comunistas (CABRAL, 2020, p. 64).

Ao falarmos em violência, pensamos apenas na violência física. Entretanto, existem violências que os dominados aceitam como naturais, porém sofrem na pele. Dom Helder dizia que havia três tipos de violências: a primeira que é a situação de miséria e injustiça, a segunda onde o oprimido se revolta e a terceira a pressão do Estado. O primeiro tipo de violência elencado por dom Helder está focado na violência simbólica, termo criado pelo sociólogo Pierre Bourdieu, “a violência simbólica se institui por intermédio da adesão que o dominado não pode deixar de conceder ao dominante (e, portanto, à dominação)” (BOURDIEU, 2012, p. 47). O Dom, como era chamado carinhosamente, vai contra a violência simbólica onde os oprimidos e marginalizados são social e culturalmente discriminados. A classe dominante transmite a ideologias e renega os pobres a miséria sem dar condição de lutar contra a sua situação. Dom Helder incentiva a mudança de mentalidade e que a massa abandonada se torne povo consciente.

7 Atentado do Aeroporto dos Guararapes trata-se da explosão de uma bomba que ocorreu no saguão do Aeroporto Internacional do Recife no dia 25 de julho de 1966, totalizando duas vítimas fatais e 14 feridos. O alvo principal do atentado era o marechal Arthur da Costa e Silva, então ministro do Exército e candidato à sucessão presidencial. Morreram o jornalista e secretário do governo de Pernambuco Edson Régis de Carvalho e o vice-almirante reformado Nelson Gomes Fernandes. O guarda-civil Sebastião Thomaz de Aquino feriu-se no rosto e nas pernas, o que resultou, alguns meses mais tarde, na amputação de sua perna direita, deformando grande parte do lado direito do seu corpo. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Atentado_no_aeroporto_dos_Guararapes. Acesso em: 27.3.2023.

Grande parcela da população no período do regime militar naturalizaram as ações de perseguição e tortura da ditadura. Por causa principalmente da censura que evitava maiores informações. Os oprimidos sentem a opressão, porém, algumas vezes não revoltam-se, mas aceitam naturalmente, como se situação fosse desejo de Deus. Quando dom Helder alega que a violência número um é a realidade de miséria e injustiça vem dialogar com o conceito de violência simbólica. Sobre este conceito Byung-ChulHan explica, “assim, sem o emprego de qualquer violência física a violência simbólica se encarrega de que o *status quo* da dominação se mantenha intacto” (HAN, 2017, p. 162). No seu discurso de posse dizia que a miséria é revoltante e aviltante: fere a imagem de Deus que é cada homem. Os miseráveis eram tratados por dom Helder como figuras de Cristo. Os presos considerados figura de Cristo, quando ele esteve na Ilha de Itamaracá diz que “voltei pelo presídio onde Cristo está preso, visivelmente” (ROCHA, 2009, p. 94). O Dom esteve presente nas vítimas da violência nº 1 visitando os alagados e mocambos do Recife, observando e solidarizando com os pobres e marginalizados. Helder fala desta violência alegando que a bomba que destruiu e matou centenas de pessoas na Segunda Guerra Mundial chamava-o de Bomba H, no entanto, havia, segundo dom Helder, uma bomba preste a explodir que terá consequências desastrosas, é a bomba M, será que os senhores da bomba H medem exatamente a força e as consequências da miséria, a bomba M? (CAMARA, 1971, p. 14).

O Estado militarizado por si só utiliza da força física para manter-se no poder, prendendo, perseguindo e torturando os contestadores, entretanto, existem diversas pessoas que aceitam o governo militar sem contestar as suas ações, daí a importância do poder simbólico, Bourdieu esclarece, “o poder simbólico é, com efeito, esse poder invisível o qual só pode ser exercido com a cumplicidade daqueles que não querem saber que lhe estão sujeitos ou mesmo que o exercem” (BOURDIEU, 1989, p. 8). Diante disso, observamos que o Estado legitima o uso da violência física e simbólica.

Uma das formas de violência simbólica bastante utilizado durante a ditadura civil-militar, que atingiu o arcebispo de Olinda e Recife, foi a concepção de que os contestadores contra o Regime eram acusados de comunistas e subversivos, levando a serem discriminados, humilhados, marginalizados, presos e torturados. São submetidos a uma violência simbólica, convertendo após em violência física. Dom Helder durante a sua trajetória foi acusado de ser comunista e subversivo sendo humilhado, difamado e tratado com escárnio pela classe dominante.

O arcebispo de Olinda e Recife discursava sobre as injustiças que havia nos países subdesenvolvidos e também nos países desenvolvidos, eram violências aceitas pela maioria da população. O Dom falava no colonialismo interno onde os poderosas enriqueciam à custa do trabalho dos pobres. A situação de injustiça leva dom Helder a criar e defender movimentos que incentivava as mudanças sociais no Brasil.

A violência número dois elencada por dom Helder era a revolta dos oprimidos. No arcebispado do Dom houve em Pernambuco greves de trabalhadores rurais e marchas de jovens contestando o governo militar. Os oprimidos mostravam que podiam gritar, deixavam de serem massa para tornarem-se povo, havendo com isso, o apoio de dom Helder, porém, a impetuosidade realizadas pelos movimentos de guerrilhas foram inequivocamente contestados e reprovado.

Em relação a fúria do Estado que ocorria no período do regime civil-militar brasileiro, Helder diz: “é a violência nº 3 – a repressão governamental, sob o pretexto de salvaguardar a ordem pública, a segurança nacional, o mundo livre” (CAMARA, 1971, p. 22). Com o Concílio Vaticano II algumas Encíclicas trataram da questão da violência, como a *pacem in*

terris e o *populorum progressio*. Na Encíclica escrita pelo papa João XXIII *Pacem in Terris* (paz na terra), evidencia como deve ser consolidada a paz no mundo, “[...] esboçamos nesta nossa carta encíclica: ordem fundada na verdade, construída segundo a justiça, alimentada e consumada na caridade, realizada sob os auspícios da liberdade. Nesse relato o Papa ressalta a construção da justiça para haver paz no mundo. No texto, João XXIII fala sobre o instrumento da violência do mundo, evidenciando a guerra fria e a corrida armamentista, com o principal intuito de subjugar nações, por meio do aparato militar.

Paz só com Justiça Social: O movimento Ação, Justiça e Paz-AJP

Esses movimentos de não-violência ativa, ou também chamado de violência dos pacíficos, foram discutidos nas comunidades e entre a hierarquia eclesiástica até chegarem à terminologia Pressão Moral Libertadora. Inicialmente sugeriu-se Força da Justiça e do Amor (FORJA), como esclarece Dom Helder: “FORJA é lugar onde se prepara o ferro e, salvo engano, onde se tempera o aço. Na Forja, queremos que se formem caracteres. No movimento, se devem forjar os homens de amanhã, as estruturas de amanhã” (ROCHA; SIGAL, 2013, p. 138).

Havia a busca constante por um nome para o movimento Justiça e Paz que tinha como base a não-violência. O Dom pediu para alguns Biblistas procurarem um nome significativo. Eles sugeriram, em hebraico, *Guevar Há Hessed*– Força da Justiça e do Amor. Este nome deu grande dor de cabeça para Helder, pois, a América Latina estava vivendo a Revolução Cubana, tendo como um dos líderes Che Guevara. Assim, ficava difícil explicar para os militares no poder a expressão Guevar, que poderiam associar a Guevara.

Dom Helder estava à procura de um nome adequado para o seu movimento não-violento. Observamos nas suas Cartas Circulares que a escolha de um nome era de suma importância para a propagação do Movimento. O efeito atrativo e simbólico do nome levou Dom Helder a pedir ajuda a todos para sugerirem um nome com um significado simbólico impactante. O Dom queria mudanças nas estruturas sociais, acreditando no papel dos sujeitos como agentes da história, o seu movimento não violento estava repleto dessa ideologia.

Dom Helder não queria um movimento reacionário, inerte e subordinado ao poder. Ele pensava em um movimento que focasse na conscientização e transformação das estruturas. O Dom já estava pensando e comentando sobre a pressão moral, que o povo deveria agir para transformar a situação socioeconômica e política. Na Circular 415º de 1968 ele cria o novo nome para o Movimento: A Pressão Moral Libertadora, “na Santa Missa, aludi ao plantio da nova sementinha: a Pressão Moral Libertadora...”. A partir daí ele começa a usar o novo nome do seu movimento. A intenção é interagir a Comissão Justiça e Paz e a Pressão Moral libertadora.

Helder esteve nos seus pronunciamentos denunciando, como um verdadeiro profeta, as más ações dos militares. O Bispo de Olinda e Recife estava focado nas questões religiosas e também nas violações aos Direitos Humanos. No período de chumbo da Ditadura Civil-Militar foi criado um movimento na arquidiocese de Olinda e Recife com o nome “Pressão Moral Liberadora” este tinha como objetivo conscientizar a população sobre os Direitos Humanos. Os dois primeiros cadernos contêm os seguintes temas: 1º- pressão moral libertadora e 2º- direitos do homem.⁸

8Companhia Editora de Pernambuco-CEPE, Jornal do Comércio, Recife, 07.08.68.

O Dom, tinha a intenção de expandir este movimento por todo o Brasil. Segundo Marcos Roberto Brito dos Santos “para pôr em prática, materializando esta proposta, foi que idealizou o movimento Pressão Moral Libertadora (PML), um projeto audacioso do ponto de vista da expectativa de alcance social, pois Dom Hélder tinha a intenção de atingir um dia toda à sociedade brasileira” (SANTOS, 2011, p. 05). Em 1968 os bispos se reuniram no Rio de Janeiro e assinaram um pacto assumindo criar núcleo de Pressão Moral Libertadora em suas dioceses. A participação de Dom Helder foi de suma importância para conseguir tamanho feito, principalmente em um período de perseguição e violência.

Dom Helder escreveu cinco cadernos para orientar o clero e os leigos sobre o movimento Pressão Moral Libertadora-PML, estes eram entregues aos seus colaboradores que ele chamava de Família Mecejanense⁹, essa realizava as devidas correções. Havia diversas temáticas nos cadernos, principalmente em relação a liberdade, como bem resumiu Edvaldo Araújo,

No primeiro caderno vem a definição do movimento, a sua história, seus métodos e ações e o seu programa imediato. Na declaração de princípios afirma que no contexto da América Latina a não violência devia traduzir-se em um comportamento de não conformismo em relação à injustiça, através de uma ação corajosa e permanente para obter reformas estruturais profundas, urgente e audazes o mais rapidamente possível, como exige a justiça. [...] o segundo caderno é sobre o Direito do homem, com sugestões para conscientização dos três artigos (III, IV, XXIII) nos quais o movimento será mais empenhado. O caderno número três é sobre Gandhi, sobre penar a libertação das massas brasileiras e latino-americanas sem termos de pressão moral a partir do inspirador exemplo de Gandhi. Para Dom Helder, dois ensinamentos de Gandhi são fundamentais: ter a coragem de aspirar à libertação de todo e qualquer imperialismo e ter sempre presente que o verdadeiro início da libertação é a libertação interior: “como pode, aquele que é escravo de si mesmo, libertar os outros?”. [...] O quarto caderno fornece indicações precisas para as aplicações dos princípios. Insiste sobre a necessidade do empenho pessoal. O quinto caderno traz o esboço do regulamento e proposta do movimento, e o novo nome do movimento: Ação, Justiça e Paz (ARAÚJO, 2012, p. 190)

Mais de 40 bispos e arcebispos assinaram o pacto de propagar o Movimento nas suas dioceses. Principalmente os bispos progressistas que compartilhavam das ideias de dom Helder. Por outro lado, os bispos conservadores como Dom Geraldo Proença Sigaud e Dom Antônio Mayer¹⁰ fizeram críticas ao Movimento. Os partidários da Arena também

9 Dom Helder ao sair do Ceará para o Rio de Janeiro, nesse fez vários amigos, a maioria moças, ele ao escrever suas cartas circulares destinava para essas pessoas que ele chamava de Família. Inicialmente Família de São Joaquim, morado do bispo do Rio de Janeiro, depois da sua transferência para o Recife passou a chamar esse grupo de colaboradores de Família Mecejanense, nome tirado da pequena cidade de Mecejana, no litoral cearense, como símbolo de um lugar belo, onde as pessoas pudessem viver felizes.

10 Dom Geraldo Proença Sigaud Foi Bispo da Diocese de Jacarezinho (1947-1961) e Arcebispo Metropolitano da Arquidiocese de Diamantina (1961-1980). Preocupado com a influência das ideias comunistas no Brasil escreveu uma carta pastoral sobre o Comunismo e o "Catecismo Anticomunista". Escreveu o livro "Reforma Agrária, Questão de Consciência" que alertava para o perigo de uma reforma das estruturas sociais, rumo ao comunismo. Assim, na década de sessenta, no Brasil, Dom Sigaud fez críticas severas ao chamado clero progressista, entrando em confronto muitas vezes com Dom Hélder Câmara. Antônio de Castro Mayer (Campinas, 20 de junho de 1904 — 25 de abril de 1991) foi bispo católico da Diocese de Campos, no estado brasileiro do Rio de Janeiro. Participou do Concílio Vaticano II. Foi grande crítico do "progressismo" em um ambiente pós-conciliar. Diversas de suas "Cartas Pastorais" contra o progressismo e em defesa dos dogmas e da crença católica em sua diocese eram best-sellers no Brasil na época e receberam traduções em diversas línguas. Em 1969, quando o Papa Paulo VI promulgou a revisão do Missal Romano, preservou na diocese de

criticaram dom Helder dizendo que o Movimento é inoportuno e inconveniente. O deputado arenista por Pernambuco Luiz Gonzaga de Vasconcelos comenta, “não vemos, portanto, motivos para que seja fundado mais um órgão de pressão contra o governo Costa e Silva”.¹¹

Dom Helder reuniu-se com o seu clero diocesano para assinarem o pacto da Pressão Moral Libertadora. Aqueles padres que aceitaram se comprometeram de levar o Movimento para as suas paróquias. A participação inicial do clero era muito importante para dom Helder. Ele como bispo poderia determinar para os padres o engajamento no movimento PML, no entanto, preferia o diálogo do que a imposição, deixou o clero livre para escolher, aderir ou não. O documento assinado foi bastante esclarecedor do objetivo da Pressão Moral Libertadora-PML,

Os bispos do Brasil, movidos pelo amor a Deus e pelo amor ao próximo, cômicos de que estamos em dívida e em atraso com as massas latino americanas, desejosos de colaborar para libertação de milhões de filhos de Deus que em nosso País e em nosso Continente vivem à margem da vida econômica, educacional, artística, política, social e religiosa, sentindo que somente uma ação clara, positiva, corajosa e coordenadora dará uma consistência prática a documento como “Gaudium et Spes”, Populorum Progressio” e “ Conclusões de Mar Del Plata”, firmamos a resolução de estimular ao máximo a pressão moral libertadora com seu programa inicial de exigência e concretização de direitos fundamentais do homem, com ênfase na libertação de qualquer servidão (art. 4º da Declaração dos Direitos do Homem) e nos direitos da vida, da liberdade, da segurança pessoal (art. 3º) e ao trabalho (art. 23º).¹²

O arcebispo de João Pessoa dom José Maria Pires, muito amigo de dom Helder, assinou o pacto da Pressão Moral e esclareceu, “a maior de todas as violências, que será a conscientização do povo para a sua realidade”.¹³ O dom Pelé¹⁴, popularmente conhecido, continua dizendo: “o povo precisa da consciência que o movimento pressão moral libertadora pretende imprimir”.¹⁵ O Movimento criado por dom Helder havia inicialmente empolgado alguns bispos, que se comprometeram de levar as ideias para as suas dioceses.

Dom Helder foi convidado por dom José Maria Pires para uma palestra em João Pessoa-PB com o objetivo de fortalecer o movimento Pressão Moral Libertadora. Ocorreu no teatro Santa Rosa no centro de João Pessoa próximo ao comando da polícia militar. O Dom ficou muito contente com a recepção, alegando, tive que falar da sacada do Teatro. “Auditório vibrantíssimo, como pude sentir desde o delírio com minha chegada. Não alterei em nada o que ia dizer. Nenhuma concessão pelo fato de estar sendo vigiado pela Tropa, em baixo e, pelos oficiais, através de binóculos” (ROCHA; SIGAL, 2013, p. 221).

O nome do movimento não violento de dom Helder estava quase definido. A Pressão Moral Libertadora agradava ao Arcebispo, porém deixava outros bispos e a própria Cúria

Campos a Missa tridentina, onde os padres continuavam a celebrar a forma anterior. Disponível em: <https://pt.wikipedia.org/wiki>. Acesso em: 25.03.2023.

11 Companhia Editora de Pernambuco, Diário de Pernambuco, Recife 09.08.1968.

12 Hemeroteca Digital, A Tribuna, São Paulo, 20.07.1968.

13 Hemeroteca Digital, Correio da Manhã, Rio de Janeiro, 21.07.1968.

14 Dom José Maria Pires explica esse apelido, ele diz: é um tratamento mesmo carinhoso que me foi dado pelo saudoso D. José Vicente Távora. Nós éramos muito amigos e companheiros do Conselho Diretor Nacional do MEB. Uma vez entramos na sala de reunião dos bispos um pouco atrasados e D. Távora disse: chegaram “Feola e Pelé”. “Feola” não vingou, mas o Pelé continuou, e mesmo durante o Concílio, todo o pessoal de serviço da casa onde estávamos hospedados em Roma me chamava D. Pelé (PIRES, 1978, p. 182).

15 Ibidem.

Romana retraída, acreditavam que precisava mudar o nome para ficar mais palatável e que adequasse ao nome do movimento criado pelo Papa Paulo VI.

Em agosto de 1968 ocorreu a II Conferência Episcopal Latino Americana em Medellín na Colômbia onde foram convocados vários bispos da América Latina com o intuito de adequar o Concílio Vaticano II a realidade Latino Americana. Um evento extremamente importante para a Igreja Católica, pois tirou-se conclusões importantíssima para o andamento eclesial. Dom Helder estava bastante ansioso para comunicar e espalhar o movimento não violento para a América Latina. Ele foi ao encontro dos bispos e do núncio apostólico para chegarem a um consenso sobre o Movimento. No diálogo ficou mais que evidente que o nome do Movimento iria travar a sua expansão, com isso, decidiu-se a mudança para o nome definitivo Ação, Justiça e Paz-AJP. Dom Helder enviou em setembro de 1968 uma carta para o secretário do vaticano Giovanni Benelli dizendo, [...] depois da viagem providencial do Papa a Colômbia e das palavras que aí proferiu, mudamos o nome de nosso movimento de não-violência no Brasil: ele se chamava Pressão Moral Libertadora, via chamar-se Ação, Justiça e Paz (ROCHA; SIGAL, 2013, p. 233).

A Conferência de Medellín deu sustentáculo para dom Helder gritar contra as injustiças sociais no Brasil. Como relata Ney de Souza, “Medellín foi um momento decisivo na história do catolicismo latino-americano. Pela primeira vez o catolicismo tomou consciência da gravíssima situação de injustiça social e com voz profética criticou uma situação de violência institucionalizada” (NEY SOUZA, 2018, p. 34). Em Medellín também houve a discussão acentuada sobre a paz e a justiça, no documento sobre a Paz diz “a justiça, e conseqüentemente a paz, conquista-se por uma ação dinâmica de conscientização e de organização dos setores populares, capaz de urgir os poderes públicos, muitas vezes, impotentes nos seus projetos populares sociais, sem o apoio popular” (PADIM; GUTIÉRREZ; CATÃO, 1998, p. 69). Os seus críticos acreditavam que as ações do Dom eram orientadas pelo padre Comblin¹⁶ e suas viagens patrocinados pelos países comunistas. Em Medellín o arcebispo Dom Geraldo Sigaud levou um abaixo assinado para ser entregue ao papa contra a infiltração comunista na Igreja Católica. O Objetivo principal era denunciar dom Helder como agente do comunismo. No entanto, a II Conferência Episcopal nas suas conclusões foram contrárias a ideologia da Igreja conservadora, pois evidenciou a importância do desenvolvimento como fator primordial da paz e a preferência da igreja pelos pobres. José Marins esclarece, “a virada da Igreja em direção do povo provoca não apenas tensões, mas também uma situação de confronto em relação às classes dominantes e ao poder político” (MARINS, 1979, p. 25). O Concílio Vaticano II foi uma grande mudança na mentalidade da Igreja Católica, a recepção desse ocorreu na Conferência de Medellín, como relata Newton Cabral:

O Concílio Vaticano II apontou as diretrizes gerais para a renovação da Igreja e Medellín buscou ser um delineamento de suas aplicações na América Latina, representando uma primeira grande tentativa de recepção do Concílio. Essa é uma questão que corrobora a importância que deve ser atribuída a Medellín, pois a recepção de um concílio se dá em um processo

16 Padre Joseph Comblin nasceu em Bruxelas, Bélgica, em 1923. Em 1958, aceitou a convocação do Papa Pio XII para ser missionário na América Latina. Foi professor no seminário e na Universidade Católica em Campinas (SP). Transferiu-se para o Recife em 1965, para trabalhar com Dom Helder Câmara. Em 1972, foi expulso do Brasil e retornou então ao Chile, onde passou a atuar na cidade de Talca. Ao voltar ao Brasil, estabeleceu parcerias no Estado da Paraíba com Dom José Maria Pires e Dom Marcelo Carvalheira, fundando um seminário rural e passou a dedicar-se à formação de liderança populares (MONTENEGRO, 2019, p. 109).

lento, vai acontecendo através de longos períodos de tempo. (CABRAL, 2020, p. 52).

O ano de 1968 foi de muita agitação no Brasil e internacionalmente, os direitos humanos estavam sendo violados em várias partes do globo. Tentaram calar a voz de Martin Luther King, então precisava de alguém em plano mundial que levasse a mensagem de não violência ativa. Dom Helder após a aprovação do nome do movimento em Medellín começou articular o movimento Ação, Justiça e Paz para dar o pontapé inicial, para isso foi marcado o dia 2 de outubro no aniversário do Mahatma Gandhi, também articularam o dia 2 de novembro e 10 de dezembro para provocar impacto e visibilidade ao movimento. Todas as datas foram escolhidas e acompanhadas de significados simbólicos.

Dom Helder em Medellín sentiu-se aliviado em relação as críticas constantes dos conservadores no Brasil onde acusava-o de comunista e subversivo, pois as conclusões da Conferência foram bastante progressistas e com a participação do Papa Paulo VI. Na Carta Circular 431º de 1968 ele diz: tornou-se impossível, chamar-me de subversivo e comunista, sem, ao mesmo tempo, taxar de subversão e comunismo, toda a Hierarquia Latino-Americana (ROCHA; SIGAL, 2013, p. 238).

Dom Helder após Medellín confidencia para a Família Mecejanense “o problema agora é chegar a prática. Não ficar no papel.” De fato, Camara tinha este enorme desejo de o Movimento expandir para todo o mundo. Ele esclarece o nome do Movimento no seu livro *Espiral da Violência*,

A ação, Justiça e Paz define-se a si próprio, e o seu nome indica os seus objetivos: Ação: são somente especulação, teoria, discussão contemplação; Justiça: há injustiças por toda a parte; por toda a parte há fome de justiça; Paz: a justiça é condição para esta, caminho, via. Somente passando pela justiça, se conseguirá uma paz verdadeira e durável (CAMARA, 1971, p. 47).

Para o Arcebispo de Olinda e Recife o Movimento Ação, Justiça e Paz tem o objetivo de humanização da criatura humana. É um movimento interconfessional e tem como sua prática a ação não violenta ativa.

As fontes inspiradoras da AJP são três: A constituição *Gaudium et Spes* e a Encíclica *Populorum Progressio*; as conclusões da segunda Conferência de Medellín e as conclusões da assembleia de Upsala.¹⁷

O Dom não estava contente só com a teoria que o movimento Ação, Justiça e Paz propagava, a sua ação era de suma importância para a concretude do Movimento, ele diz que a AJP deve fazer reunião conscientizadoras; utilizar os meios de expressão coletiva como o teatro e a música; apoiar a greve justa; promover grandes concentrações e marchas e por fim reclamações pacíficas, mesmo com perigo de prisão.

No dia 2 de outubro de 1968 estava marcado o lançamento do movimento Ação Justiça e Paz, esse foi planejado no pátio do Colégio São José da Dorotéias na avenida Conde da Boa Vista que ficou pequeno para a quantidade de gente. No dia anterior 1º de outubro foram distribuídos um boletim impresso para desmotivar a população dizendo: Se quiser verificar como o diabo existe, se quiser ver e sentir a verdade distorcida, vá e leve

17A quarta assembleia em Upsala, Suécia, em 1968, foi mais uma prova da ampliação dos membros do Conselho, bem como dos novos ares que sopraram do Concílio Vaticano II, o que levou observadores católicos a participar do encontro e discutir novas possibilidades de cooperação. Apropriadamente, o tema de Uppsala foi "Eis que faço novas todas as coisas". As seções foram assim organizadas: 1. O Espírito Santo e a catolicidade da igreja. 2. Renovação na missão. 3. Desenvolvimento econômico e social mundial. 4. Por justiça e paz em questões internacionais. 5. Adoração. 6. Por novos estilos de vida.

sua família e seus amigos (dava o endereço e a hora da nossa concentração). E acrescentava: Mas, vá para protestar (ROCHA; SIGAL, 2013, p. 242). Neste dia o padre Zildo Rocha fez a abertura fazendo um longo relato da vida de Mahatma Gandhi,

Coube-me fazer a palestra na ocasião. As leituras que fizera ainda na paróquia do espinheiro, de e sobre o Mahatma Gandhi, vieram à tona naquele texto que me saiu espontâneo, quase como se eu estivesse encontrando o meu caminho de atuação no campo da atividade sociopolítica. (ROCHA, 2019, p. 44)

Dom Helder nas madrugadas durante as vigílias refletia sobre o Movimento e fazia sua análise e elaborava novos encaminhamentos. O sonho de um movimento não violento era acompanhado com ação e organização. A Família Mecejaneense estava informada de tudo. Ele que era o cabeça do Movimento, elaborou um roteiro para as equipes de iniciação. Dom Helder acredita que cinco a quinze pessoas seria uma boa equipe inicial e a idade seria a partir de 18 anos. A AJP para ele deveria ter sua ação com conjunto não solitário. Como ele afirma “quem não se sentir capaz de pensar e agir em equipe deve desistir de marchar com a AJP” (ROCHA; SIGAL, 2013, p. 251).

O Dom estava focado nos dois eventos que aconteceriam no dia 2 de novembro e 10 de dezembro de 1968 para fortalecer o Movimento Ação, Justiça e Paz. A Intenção era organizar um grande encontro no dia 2 de novembro em comemoração aos mártires da Liberdade. Aproveitar a multidão que acorrem para os cemitérios e discursar sobre os mártires que lutaram pela causa da liberdade e foram mortos. Os cemitérios, para a religiosidade popular, é ocasião de rezarem pelos mortos e de acenderem velas. É um momento familiar com os seus mortos. Os mortos antes enterrados nas Igrejas para estarem mais próximos da santificação, agora os cemitérios tornam-se local santificado para os familiares que todo ano fazem suas referências.

Diante desta realidade, a ideia de dom Helder de fazer comemorações nesse momento não deu certo, pois os padres não concordaram com esta ação neste dia, marcando para o dia anterior. A comemoração foi realizada no auditório da Faculdade de Filosofia das Dorotéias no Recife. Quem ficou responsável para organizar este momento foi o Instituto Teológico do Recife-ITER, criado no dia 7 de março de 1968 de suma importância para a formação teológica dos seminaristas e era aberto para diversas pessoas que quisessem aprofundar-se em teologia. Newton Cabral explica o seu objetivo,

com os objetivos de ser o centro de estudos para a experiência de seminaristas dispersos em pequenas comunidades, aglutinar professores espalhados em várias unidades formativas existentes no Grande Recife e vir a ser um centro de referência no fazer uma Teologia em sintonia com a realidade do Nordeste do Brasil (CABRAL, 2020, p. 175).

Dom Helder nestes últimos meses de 1968 esteve em várias dioceses realizando o lançamento da Ação, Justiça e Paz-AJP. Em Campina Grande¹⁸ falou na praça pública para multidões, ele chamou de “comício”, pois os candidatos a prefeito colocaram os carros de sons na rua convidando a população para escutar dom Helder. Como terá sido a reação dos candidatos? Pois dom Helder iria falar de um movimento que pregava o fim das injustiças para haver a paz na sociedade e a mudança de estruturas.

18 Cidade do interior do estado da Paraíba.

Na comemoração dos Mártires da Liberdade, dando continuidade ao movimento Ação, Justiça e Paz, dom Helder pensou em discutir o 13 de maio onde houve a assinatura pela princesa Isabel, filha de Dom Pedro II, para libertar os escravizados, chamada de Lei Áurea. Com isso, fazia comparações com a situação de escravidão e liberdade no momento atual. Ele sugeriu evidenciar a tortura praticada pelos senhores de engenhos, muito provavelmente observando a situação do Brasil com a ditadura civil-militar. A discussão sobre a escravidão é bastante pertinente pois na década de 60, onde a escola paulista de sociologia da Universidade de São Paulo-USP, discutiam a escravidão e liberdade como uma ação de revolta dos escravizados e que estes eram “coisas” e não sujeitos. Tendo como expoente Florestan Fernandes e Fernando Henrique Cardoso.

Noutras palavras, o escravo se apresentava, enquanto ser humano tornado coisa, como alguém que, embora fosse capaz de empreender ações com “sentido”, pois eram ações humanas, exprimia, na própria consciência e nos atos que praticava, orientações e significações sociais imposta pelos senhores (CARDOSO, 1977, p. 125)

Contrariando as ideias do Gilberto Freyre, crítico de dom Helder, que afirmava que a escravidão no Brasil foi benevolente, havendo uma miscigenação pacífica entre senhores e escravos, cunhando na frase da “democracia racial”.

Para encerrar esta discussão da escravidão, nos anos 80 surgiu uma nova história da escravidão, onde foram priorizadas na pesquisa o escravizado como sujeito histórico, com uma diversidade de estratégias para combater ou conviver com a escravidão.

Dom Helder sugeriu também discutir, durante a comemoração dos mártires da liberdade a Inconfidência Mineira e a Revolta dos Guararapes. Dois acontecimentos históricos que relembram a luta pela liberdade do povo mineiro e pernambucano.

Para encerrar o ano de 1968, Helder articulou a comemoração do dia 10 de dezembro que relembra os 20 anos da declaração dos direitos humanos ocorrido no dia 10 de dezembro de 1948 após a Segunda Guerra Mundial. A AJP deveria focar nos 30 artigos dos direitos humanos, porém ele evidenciou quatro artigos: o 1º, 4º, 5º e 22º em que fez um pequeno comentário para palestrar neste dia para os jovens.

Para demonstrar a ação provocado pelo movimento Ação, Justiça e Paz, dom Helder dar algumas sugestões, principalmente para os jovens, ele gostava de dizer: que se sentia jovem porque tinha um ideal a buscar.

Tentar desvendar a engrenagem das Macro empresas, multinacionais, expressão máxima do egoísmo capitalista. As informações sobre a macro empresas vindas das países industrializados, deverão completar as acolhidas nos países de matéria prima; partindo do princípio de que, em todos os países os serviços oficiais de estatística e de propaganda selecionam, como lhes convém, os dados a apresentar, tentar obter, analisar e divulgar, a serviço da verdade e da justiça, mesmo sem contar com os grandes meios de comunicação social, o outro lado da realidade; fazer entender que ainda mais graves que eventuais torturas, a violência institucionalizada, através da manutenção, em situação infra-humana de milhões de filhos de Deus...aí está a origem de todas as violências...¹⁹

19Companhia Editora de Pernambuco-CEPE, palestra realizada em Londres, Inglaterra, 24.6.1972

Dom Helder incentivava o debate da Ação, Justiça e Paz focado em três artigos da Declaração Universal dos Direitos Humanos. O artigo 1º esclarece: todos os homens nascem livres e iguais em dignidade e direitos, dom Helder diz quem reside em um País subdesenvolvido sabe que há milhões de criaturas humanas que nascem e vegetam em situação infra-humana. [...] mas neles inteligência e liberdade estão adormecidas é mister despertá-las. No artigo 4º fala sobre ninguém será mantido em escravidão ou servidão; a escravidão e o tráfico de escravos serão proibidos em todas as suas formas. Dom Helder explica este artigo com um questionamento, “em todas as suas formas? Cabe-nos, então, denunciar as escravidões nacionais, os colonialismos internos.” No artigo 5º Ninguém será submetido a tortura, nem a tratamento ou castigo cruel, desumano ou degradante. Este artigo ilumina a realidade do Brasil durante a ditadura civil-militar, com isso, o movimento AJP precisa está informado da situação de torturas provado pelo poder autoritário do regime militar.

Considerações Finais

Dom Helder denunciou as torturas do regime civil-militar durante o seu discurso em Paris no Palácio dos Esportes em 1970. A sua situação piorou bastante pois os militares intensificaram as calúnias e difamações e ainda proibiram que os meios de comunicação divulgassem o nome dele de bom ou de mal.

O movimento Ação, Justiça e Paz-AJP levou dom Helder a várias dioceses transmitindo o Movimento. Houve apoio de bispos, padres e leigos. Os coordenadores e equipes da AJP foram perseguidos, presos e torturados. Inicialmente dom Helder pensou em criar o movimento não violento utilizando a Operação Esperança, que foi criado para atender aos desabridos das enchentes no Recife em 1965. Porém não deu certo, mas ele não desistiu e realizou seu sonho, criando o movimento não violento em outubro de 1968.

Referências

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. Rio de Janeiro: Vozes, 1984.

ARAÚJO, Edvaldo M. *Dom Helder Camara. Profeta-Peregrino da justiça e da paz. Pensamento teológico e antropológico*. Aparecida: Ideias & Letras, 2012.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Editora Bertrand, 1989.

BOURDIEU, Pierre. *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

CABRAL, Newton Darwin de Andrade. *Onde está o povo, aí está a Igreja?* História e memórias do Seminário Regional do Nordeste II, do Instituto de Teologia do Recife e do Departamento de Pesquisa e Assessoria [recurso eletrônico], Recife: Ed. da UFPE, 2020.

CÂMARA, Dom Helder. *Espiral de violência*. Porto: Poveira, 1971.

CANCIAN, Renato. *Igreja Católica e ditadura militar no Brasil*. São Paulo: Claridade, 2011.

CARDOSO, Fernando Henrique. *Capitalismo escravidão no Brasil meridional: o negro na sociedade escravocrata do Rio Grande do Sul*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

CAVALCANTI, Paulo. *O caso eu conto como o caso foi: da coluna prestes a queda de Arraes, memórias*. São Paulo: Alfa-Omega, 1978.

CIRANO, Marcos. *Os caminhos de Dom Helder: perseguições e censura (1964-1980)*, Recife: Guararapes, 1983.

COMISSÃO ESTADUAL DA MEMÓRIA E VERDADE. *Cadernos da memória e verdade*. v. 4. Recife: Secretaria da Casa Civil do Governo do Estado de Pernambuco, 2015.

HAN, Byung-Chul. *Topologia da Violência*. Petrópolis: Vozes, 2017.

MARINS, Paulo César Garcez. Habitação e vizinhança: limites da privacidade no surgimento das metrópoles brasileiras. In: SEVCENKO, Nicolau; NOVAIS, Fernando A. (orgs.). *História da vida privada no Brasil*, volume 3, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 131-214.

MONTENEGRO, Antônio Torres. *Travessias: padres europeus no nordeste do Brasil (1950-1990)*. Recife: CEPE, 2019.

PADIN, Dom Candido; GUTIÉRREZ, Gustavo; CATÃO, Francisco. *Conclusões da Conferência de Medellín- 1968*. São Paulo: Paulinas, 1998

PIRES, D. José Maria. *Do centro para a margem*. João Pessoa: Acauã, 1978.

ROCHA, Zildo (org.). *Dom Helder Câmara: Cartas Circulares Interconciárias*. Vol. II. T. III (de 18/19 de abril a 31 de agosto/ 1 de setembro de 1965). Recife: CEPE Ed. Instituto Dom Helder Câmara, 2009.

ROCHA, Zildo; SIGAL, Daniel (orgs.). *Dom Helder Câmara, Cartas Circulares Pós Conciliares*. Vol. IV. T. II (de 25/16 de fevereiro de 1968 a 30/31 de dezembro de 1968). Recife: CEPE Ed. Instituto Dom Helder Câmara, 2013.

ROCHA, Zildo. *“Irmão dos pobres e meu irmão”*: presença de Dom Helder em minha vida. Recife: Ed. do autor, 2019.

ROSA, Renato Torres Anacleto. *Dom Helder Câmara: itinerário político e intelectual*. Rio de Janeiro: Autografia, 2019.

SALDANHA, Stella Maris. *Dom Helder Camara e o teatro popular dos coelhos: uma ação popular libertadora*. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião). Recife: Universidade Católica de Pernambuco, 2019.

SANTOS, Marcos Roberto Brito dos. Por debaixo da batina: padres e bispos sob a vigilância do dops/SP, *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH • São Paulo, julho 2011*, disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1313005335_ARQUIVO_TrabalhoANPU_H2011ULTIMAVERSAO.pdf, acesso em: 22. jun.2022.

SERVAT, Joseph. *Em missão ao Nordeste do Brasil: nos tempos de Dom Helder*. Recife: Gráfica Dom Bosco, 2006.

SOUZA, Ney de. Notas sobre os antecedentes históricos da Conferência de Medellín. In: SOUZA, Ney de; SBARDELOTTI, Emerson (orgs.). *Medellín: Memória, profetismo e esperança na América Latina*. Petrópolis: Vozes, 2018, p. 23-40.

Notas de autoria

Rosildo Henrique da Silva é doutorando em Ciências da Religião pela Universidade Católica de Pernambuco. E-mail: rosildo@uol.com.br

Como citar esse artigo de acordo com as normas da revista

SILVA, Rosildo Henrique da. Helder Camara: O ano de chumbo da ditadura civil-militar e o movimento Ação, Justiça e Paz-AJP. *Sæculum – Revista de História*, v. 28, n. 48, p. 63-78, 2023.

Contribuição de autoria

Não se aplica

Financiamento

Não se aplica

Consentimento de uso de imagem

Não se aplica

Aprovação de comitê de ética em pesquisa

Não se aplica

Licença de uso

Este artigo está licenciado sob a [Licença Creative Commons CC BY-NC 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). Com essa licença você pode compartilhar, adaptar, criar para qualquer fim, desde que atribua a autoria da obra.

Histórico

Recebido em 15/09/2022.

Modificações solicitadas em 22/03/2023.

Aprovado em 28/03/2023.